

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelaja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares

Nº 945

Presidente do STF reúne-se com deputados da comissão de finanças

Peluso defende PCS com parcelamento

No fim da tarde de ontem, os deputados da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara tiveram uma reunião com o ministro Cesar Peluso, mais o diretor geral do STF, Alcides Diniz, os deputados Pepe Vargas (PT-RS), presidente da Comissão, Cláudio Antônio Vignati (PT-SC) e Valternir Pereira (PSB-MT).

De acordo com o deputado Pereira, na reunião os membros da Comissão conversaram com o presidente do STF a respeito da questão orçamentária para a aprovação do PL 6613/09. E segundo ele, o ministro Cesar Peluso manteve a defesa da proposta original do STF e também sinalizou sobre a possibilidade de implementação do novo PCS ser por meio de um parcelamento.

Valternir informou, ainda, que os três deputados, que são da bancada governista, se colocaram à disposição para serem interlocutores entre o STF e o governo federal. De acordo com o parlamentar, a audiência do ministro Cesar Peluso com o presidente Lula está mantida e deverá ocorrer nesta sexta-feira, 25 de junho.

Segundo Pepe Vargas (PT-RS), na reunião dos deputados com o ministro Peluso não foi discutida nenhuma proposta de implementação do novo plano de cargos e salários. No entanto, eles disseram ao ministro que têm sido procurados por vários servidores em greve e, por isso, ressaltaram a necessidade de que haja avanços nas negociações entre a cúpula do Judiciário e o governo federal em relação a um acordo orçamentário que viabilize um parecer favorável da Comissão de Finanças.

Notícias do Supremo Tribunal Federal

Supremo responde a matérias veiculadas na mídia atacando o PCS. A assessoria do STF divulga nota defendendo o plano.

1. O projeto de lei para reajuste dos salários dos servidores do Judiciário, que está em exame pelo Legislativo, foi elaborado pelos órgãos do Poder Judiciários da União, sob a coordenação do Supremo Tribunal Federal, sendo inclusive aprovado em sessão administrativa da Suprema Corte antes de ser encaminhado ao Congresso Nacional.

2. Os vencimentos do Poder Judiciário estão comprovadamente defasados em relação às carreiras públicas similares dos Poderes Executivo e Legislativo.

3. O projeto tem por objetivo também eliminar a elevada rotatividade existente nos quadros de pessoal do Judiciário, em consequência da falta de atratividade da remuneração desses cargos.

Brasília, 23 de junho de 2010, Secretaria de Comunicação Social

Grande Ato no TRT mostra a força dos servidores pelo PCS

Ontem grande ato público no TRT, mostrando que a categoria permanece mobilizada na luta. A Assembleia/Ato contou com a participação massiva dos servidores.

Os servidores unidos se mantiveram mobilizados na rampa do TRT, segurando bandeiras e exibindo adesivos com o lema “Conciliar é legal, na greve também!”. A Assembleia/Ato de ontem, também contou com a presença de lideran-

ças do movimento sindical, como o Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, que assinou documento em defesa da negociação dos dias parados. Foi aprovada realização de nova Assembleia na próxima quarta-feira, dia 30, às 14 horas, na rampa do TRT. Até lá, o Sindicato convida os servidores a manterem a luta acesa, usando diariamente o adesivo “Conciliar é legal, na greve também!”.

Presidente do TRT abre porta para negociar dias parados

A Coordenação do SINTRAJUSC, com os companheiros Caio R Teixeira, Nildomar Freire, Robak José Barros (Criciúma), Denise Zavarize, Paulo Roberto Koinsk, acompanhados do Assessor Jurídico Fabrizio Rizzon, reuniram-se com o Presidente TRT Juiz Gilmar Cavalieri, para negociar os dias parados em função da Greve pelo PCS. No início da conversa, os representantes dos servidores fizeram um breve resumo sobre os encaminhamentos do Sindicato durante o movimento, ressaltando que, desde o início, houve a decisão política da categoria de fazer uma greve dentro da legalidade.

Durante a conversa, os servidores entregaram ao Presidente os abaixo-assinados com cerca de 1.300 assinaturas de servidores recolhidas em apenas dois dias. O documento pede que a negociação dos dias parados nos termos da negociação que vem sendo realizadas nos últimos 10 anos no TRT

Ele afirmou em seu entendimento que a lei o impede de pagar os dias parados, mas disse que está atendendo os argumentos apresentados e precisa de um tempo para discutir com seus assessores e auxiliares diretos antes de assumir uma posição definitiva.

Cavalieri disse que seus auxiliares estão defendendo o acordo nos termos propostos pelo sindicato e que ele quer manter a negociação em aberto, pedindo tempo para dar uma resposta, no máximo até o fechamento da próxima folha.

Antes do término da reunião, os Coordenadores alertaram o Presidente para o fato de que na 3ª Vara de Criciúma se está exigindo compensação hora a hora, sem que tenha sido fechado acordo. O juiz ficou de verificar o fato e concordou que antes de fechar um acordo não se pode cobrar nada além do serviço normal.

STJ JULGA AGRAVOS SOBRE GREVE NO JUDICIÁRIO. MINISTROS SÃO CONTRA DESCONTO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Os ministros da Primeira Sessão do STJ julgaram os agravos regimentais da Fenajufe e do Sindjus-DF sobre as liminares que restringem o exercício do direito de greve no Judiciário Federal. De acordo com o assessor jurídico da Fenajufe, Pedro Maurício Pita Machado, na votação do agravo referente à liminar da Justiça do Trabalho os ministros mantiveram a decisão de que 60% dos servidores devem trabalhar normalmente, liberando, no entanto, para participarem da greve os servidores do quadro que possuem função comissionada ou CJ.

Antes de votar os agravos da Fenajufe e do Sindjus-DF, os ministros do STJ mantiveram, por unanimidade, a decisão do ministro Hamilton Carvalhido, contrário ao corte de pontos dos servidores do Ministério do Trabalho, que realizaram greve recentemente. A decisão dos ministros foi com base no argumento de que durante dissídio de greve não pode haver desconto de dias parados.

No julgamento dos Agravos Regimentais contra a liminar que limitava a greve na Justiça do Trabalho, eles foram providos em parte, para incluir os ocupantes de CJ e FC no percentual já estabelecido de servidores que deveriam retornar ao trabalho. Ou seja, há expresse reconhecimento que os detentores de FC e ocupantes de CJ podem fazer greve.

No caso dos Agravos Regimentais da Justiça Eleitoral e da Justiça Federal, foram mantidas as liminares agravadas.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA no dia 30

de junho do ano de 2010, quarta-feira, às 14 horas, na entrada do TRT na Capital, comunicando ainda que a Assembléia discutirá os seguintes pontos de pauta:

- Informes
- Andamento da luta pelo PCS.
- Aprovação de eventuais medidas judiciais e administrativas em defesa dos direitos dos servidores

Coordenação do Sintrajusc
Florianópolis, 24 de junho de 2010.